

# Pop Rua Jud Sampa leva cidadania para a Praça da Sé

## Evento coordenado pelo TRF3 atende mais de 8 mil pessoas em situação de rua

*Ricardo Nabarro*

Durante três dias do mês de março de 2022, a Praça da Sé, centro da capital paulista, tornou-se palco de cidadania e ponto de encontro de diversas instituições públicas e privadas em busca de um objetivo comum: ajudar as pessoas em situação de rua e que vivem à margem da sociedade, quase sempre desprovidas dos direitos que lhes são garantidos pela Constituição.

O “1º Mutirão de Atendimento à População em Situação de Rua da Cidade de São Paulo - Pop Rua Jud Sampa”, coordenado pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), atendeu mais de 8 mil pessoas entre os dias 15 e 17/3, com distribuição de marmitas, aplicação de vacinas, cortes de cabelo, kits para higiene, emissão de documentos, orientação jurídica e assistência social.

De acordo com o Censo da População em Situação de Rua, feito pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social da prefeitura, o número de pessoas vivendo nas ruas da capital paulista aumentou 31% nos últimos dois anos, passando de 24 mil para 31 mil no final de 2021.

Com esse número cada vez maior e em várias cidades do país, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) constituiu, no ano passado, um grupo de trabalho para realização de estudos e apresentação de propostas com vistas a efetivar, em sua plenitude, os valores constitucionais, sobretudo os direitos fundamentais da dignidade da pessoa humana. Com isso, foi publicado um Relatório de Atividades e a Resolução CNJ nº 425/2021, que instituiu a Política Nacional Judicial de Atenção a Pessoas em Situação de Rua e suas interseccionalidades, embrião do evento “Pop Rua Jud Sampa” realizado em São Paulo.



Para a presidente do TRF3, desembargadora federal Marisa Santos, reunir as diversas entidades na Praça da Sé foi essencial para o êxito do projeto. “Queremos dar um atendimento a essas pessoas, não somente naquilo que é de competência dos Juizados Especiais Federais, mas atuando junto com outros órgãos públicos como a Receita Federal, o Ministério do Trabalho, o Tribunal Eleitoral, entre outros, para expedição de documentos importantes que permitam, inclusive, ajuizar uma ação na Justiça Federal ou Estadual”.

O 1º Pop Rua Jud Sampa começou a ser planejado no segundo semestre de 2021, ainda na gestão do desembargador federal Mairan Maia. A ideia era realizar a ação em fevereiro deste ano, mas, em razão da alta de casos de covid-19 provocada pela variante ômicron, o evento foi adiado. O ex-presidente do TRF3 acompanhou de perto o mutirão na Praça da Sé. “É muito gratificante ver esse projeto se tornar realidade. Trata-se de um grande esforço coletivo em prol da garantia de direitos dos mais vulneráveis”, declarou o magistrado.

O desembargador federal Carlos Delgado fez um balanço sobre os trabalhos. “Foi uma iniciativa muito importante. Acho que o Poder Judiciário conseguiu chamar as esferas da administração pública para participar e cada um prestar os seus serviços. Lógico que a carência está aí e bate na gente todos os dias, mas só quando realizamos um evento como esse temos condições de atender as pessoas que realmente estão num estado de extrema necessidade, permitir que elas voltem a ter uma vida civil, com documentos, estar inserida nos sistemas e ter os seus direitos minimamente analisados.”

Cerca de 30 serviços, com participação de mais de 40 entidades, estiveram presentes na Praça da Sé. Órgãos como o Juizado Especial Federal de São Paulo, Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Governo do Estado de São Paulo, Prefeitura Municipal de São Paulo, Ministérios Públicos Federal e Estadual, Defensoria Pública da União e do Estado, Advocacia Geral da União, Caixa Econômica Federal, Ordem dos Advogados do Brasil, Polícia Federal, Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, Cruz Vermelha, Arquidiocese de São Paulo, Caritas Arquidiocesana, Serviço Franciscano de Solidariedade, entre outros.

***“Queremos dar um atendimento a essas pessoas, não somente naquilo que é de competência dos Juizados Especiais Federais, mas atuando junto com outros órgãos públicos como a Receita Federal, o Ministério do Trabalho, o Tribunal Eleitoral, entre outros, para expedição de documentos importantes que permitem, inclusive, ajuizar uma ação na Justiça Federal ou Estadual”.***

**Marisa Santos,  
desembargadora federal,  
Presidente do TRF3**



Presidente do TRF3, desembargadora federal Marisa Santos, concede entrevista



Vista geral do evento na Praça da Sé



Ex-presidente Mairan Maia e atual presidente do TRF3, Marisa Santos, na Praça da Sé



Entidades de ajuda humanitária estiveram presentes



Pessoas são atendidas no posto do Juizado Especial Federal



Juízes, juízas, procuradores e colaboradores conversam no evento



Vitória de Jesus falou sobre o duplo preconceito que sofre por ser moradora de rua e da classe LGBTQIA+



Raecler Baldresca, Mairan Maia, Marisa Santos, Luciana Ortiz e Marisa Cúcio



Pessoas aguardando atendimento



O senhor **Jair**, de Taquarituba/SP, conseguiu fazer o RG e uma certidão de nascimento. “Tenho muitas dificuldades, estou morando na rua e não tenho onde pegar esses documentos. Quando chego lá colocam um prazo muito longo e aqui é rápido, tive um bom atendimento. Isso é humanidade. Sempre trabalhei, mas hoje estou precisando de ajuda. Sofri dois AVCs, operei da hérnia, não estou aposentado nem encostado. Hoje peço donativos na rua e por isso estou aqui.”

**Marco** é da Venezuela e tem 31 anos. “Fiquei quase um ano buscando meus documentos e aqui estão dando tudo de graça, estou muito feliz. Cortei meu cabelo, ganhei um kit de higiene, comida, fiz agendamento para pegar o meu RNE (documento de estrangeiro). Cheguei no Brasil em 2018, comecei a trabalhar numa farmácia, mas veio a pandemia e fui dispensado. Desde então passei a morar na rua. Estou muito agradecido por essa oportunidade.”



**Carlos de Almeida** viveu na rua durante quatro meses e, por meio de sua família e da assistência social, hoje tem um lugar para morar. Foi ao mutirão para regularizar o Cadastro de Pessoa Física (CPF) e o título de eleitor que estavam cancelados. “Após mais de um mês tentando sanar a questão, o problema foi resolvido. Também consegui o mais importante: dei entrada no pedido do benefício previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), no posto do Juizado Especial Federal de São Paulo. Fui bem atendido em todos os órgãos, um melhor que o outro, não tenho o que reclamar.”

**Dona Maria** (nome fictício), faz artesanato para sobreviver. “Aqui consegui os papéis para o INSS, as identidades de minhas filhas. Ainda bem que a gente tem a Justiça e a Promotoria, senão a gente estava lascado, por isso estou muito agradecida. Esse negócio que o pessoal fala que bolsa auxílio é coisa pra vagabundo não é verdade, sou a prova disso, sempre trabalhei, fiz meu artesanato, então essa ajuda é um complemento. Tanto é verdade que quando parei de receber o auxílio, vim parar na rua. Não tenho como pagar o aluguel, dar comida para quatro crianças e ainda comprar o material pra fazer o meu trabalho.”





A juíza federal **Luciana Ortiz**, que integrou o grupo de trabalho do CNJ, disse que a implantação da Resolução deve ocorrer seguindo três linhas mestras: 1) os mutirões; 2) a construção de fluxos permanentes sobre o tema; 3) a capacitação de juízes e servidores. “Os mutirões são fundamentais nesse momento. O primeiro ocorreu em Brasília e desta vez em São Paulo, sendo um marco de como podemos fazer um trabalho em rede, com tantos órgãos e entidades da sociedade civil envolvidos. É fundamental que todos esses atores continuem trabalhando num fluxo permanente, porque aqueles que vivem na rua têm enorme dificuldade de acessar os serviços públicos.”

O procurador federal **Fernando Rufino**, que teve participação nos acordos firmados nos dias do evento, disse que a vantagem de um mutirão nesses moldes é que a Procuradoria-Geral da União e os demais órgãos vão para a atividade com um olhar diferente, que possibilita uma análise coletiva da situação. “Nos mutirões já vamos com uma postura de conciliação e isso nos auxilia a ter um outro olhar. O próprio ambiente favorece para uma solução amigável entre as partes”, disse.

A presidente da Associação dos Juizes Federais de São Paulo e Mato Grosso do Sul (Ajufesp), juíza federal **Marcelle Ragazoni**, apontou que o acesso aos direitos básicos é o grande desafio. “Temos hoje uma crise que se agravou com a pandemia e essa iniciativa visa trazer um pouco mais de dignidade a essas pessoas”.



O procurador **Raniere Nogueira** considera que esse tipo de evento é essencial e faz a diferença na vida de muitas pessoas mais necessitadas. “A atuação da Advocacia-Geral da União (AGU) e da Procuradoria-Geral é muito importante para a análise dos acordos e consultoria do INSS. Acredito que esse mutirão é uma semente de um projeto bem maior, em que já criamos uma rede de procuradores, juízes, defensores, etc. que visa ajudar as pessoas em situação de rua. Agora essa semente precisa arvorar e o projeto deve ter continuidade.”



O secretário de Justiça e Cidadania do Governo do Estado de São Paulo, **Fernando José da Costa**, falou sobre a relevância do evento. “É muito importante que o poder público tenha esse olhar para a população hipossuficiente, que mais precisa de auxílio. Uma iniciativa como essa é a demonstração de que nós, as autoridades públicas, estamos presentes, em parceria com a Justiça Federal e demais entidades”.



O frei **Vagner Sassi**, do Serviço Franciscano de Solidariedade (Sefras), ressaltou que o mutirão na Praça da Sé é um reconhecimento da cidadania e que a proximidade entre os órgãos do poder público (Judiciário e Executivo) é de grande valia. “Temos um contato frequente com essa população, principalmente oferecendo alimentação, e percebemos que a maior necessidade deles é a questão dos direitos, como documentação e acesso aos benefícios financeiros. Nesse sentido o evento contribui bastante para atenuar esses problemas”.